

I PLENAFUP: Somos todos Trabalhadores!

Cerca de 250 trabalhadores deverão participar da I Plenária Nacional da FUP, que começa dia 02 de julho, no Contestado, assentamento do MST na zona rural da Lapa, município a 70 quilômetros de Curitiba, no Paraná. Os delegados que representarão a categoria já foram escolhidos na maioria dos estados do país. Neste final de semana, serão realizados os congressos regionais do Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas. O Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia fará uma plenária nos dias 26 e 27, encerrando a discussão regional das propostas que serão encaminhadas à Plenafup.

Durante três dias de debates, os petroleiros irão discutir e deliberar sobre questões da conjuntura nacional e internacional, organização sindical e temas relacionados ao dia a dia da categoria, como soberania, saúde e segurança. Além de aprovar as pautas de reivindicações e calendários de luta dos trabalhadores do Sistema Petrobrás e do setor privado, a plenária elegerá o Conselho Fiscal da FUP para o período 2009/2010.

A solenidade de abertura da Plenafup está prevista para às 19 horas



do dia 02. Neste mesmo dia, será realizada uma oficina de comunicação, na parte da tarde. No dia 03, haverá plenárias temáticas, com participação de palestrantes convidados, e oficinas específicas sobre SMS. No dia 04, serão debatidas as teses de conjuntura e realizados os trabalhos em grupos. No dia 05, a plenária final aprovará as pautas de reivindicações, calendários de luta e elegerá o Conselho Fiscal.

Consciência de classe

As 108 famílias de agricultores do MST que vivem no Assentamento

Contestado aguardam com expectativa a chegada dos petroleiros. A Plenária Nacional da FUP está contribuindo para a construção de uma nova cozinha no assentamento e reformas de infraestrutura na Escola Latino Americana de Agroecologia, que funciona no local. A escola foi criada em 2005 e tem capacidade para 100 alunos, formando camponeses de várias regiões do continente para desenvolverem em suas comunidades técnicas de produção agrícola voltadas para a preservação ambiental e a soberania alimentar.

Cresce a campanha por nova lei do petróleo

Dando sequência aos atos em defesa de uma nova legislação para o petróleo e da Petrobrás 100% pública e com compromisso social, os petroleiros realizaram esta semana novas manifestações em três grandes capitais do país: Salvador (BA), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP). As centrais sindicais e os movimentos sociais e estudantis colocaram novamente nas ruas milhares de militantes em defesa da soberania nacional. No dia 24, está programado

novo ato em Vitória (ES), por mudanças na lei do petróleo e pelo fortalecimento da Petrobrás enquanto estatal.

Além das manifestações de rua, a campanha "O petróleo tem que ser nosso" vem criando comitês nos estados e mobilizando entidades civis e parlamentares. No último dia 17, foi criado o Comitê em Defesa do Petróleo, em Santos, na sede da OAB. Neste mesmo dia, cerca de 300 deputados e senadores instalaram no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista em

Defesa da Petrobrás.

A FUP tem acompanhado e incentivado estas iniciativas, ampliando as frentes de luta para que o petróleo seja controlado pelo Estado e pela sociedade. Só através de uma grande campanha popular, garantiremos a destinação deste estratégico recurso em prol da soberania nacional e de políticas públicas que melhorem as condições de vida do povo brasileiro.

continua no verso...

Frente Parlamentar

A FUP participou da instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, que atuará por tempo indeterminado. Além de promover a defesa da estatal, como questão estratégica para a soberania nacional, a Frente realizará debates sobre o desenvolvimento do pré-sal e mudanças na atual legislação do setor. Os parlamentares também pretendem discutir tecnologias e projetos para desenvolver fontes de energia limpa.

CNBB

AFUP e o MST reuniram-se no último dia 18 com bispos da CNBB para buscarem o apoio da entidade à campanha "O petróleo tem que ser nosso". O encontro ocorreu em Brasília, durante o encerramento do Conselho Episcopal que coordena as atividades de todas as pastorais da CNBB no país. O Conselho comprometeu-se a avaliar a questão.

O bispo Dom Geraldo Lyrio Rocha, presidente da CNBB, expressou no ano passado o seu apoio pessoal à campanha da FUP pela retomada do monopólio estatal do petróleo e chegou, inclusive, a assinar o abaixo assinado em prol do projeto de lei de iniciativa popular defendido pela Federação, sindicatos e movimentos sociais e estudantis.

Convênio garante empréstimo a petroleiros do setor privado

Assim como os trabalhadores próprios da Petrobrás, os petroleiros do setor privado também terão acesso a uma linha de crédito consignado oferecida pela Caixa Econômica Federal, com juros reduzidos. As taxas serão as mesmas praticadas para os trabalhadores da estatal. Essa conquista foi garantida pela FUP e seus sindicatos, através de um convênio assinado com a CEF, com base na Lei 10.820/03.

A Federação está discutindo com a Sotep e demais empresas do setor privado a assinatura do convênio para agilizar o mais rápido possível o acesso dos trabalhadores ao crédito consignado acordado com a Caixa Econômica.

Quem luta, conquista: mais 156 petroleiros são anistiados

Os trabalhadores das extintas Interbrás e Petromisa lutam desde 1990 contra as demissões arbitrárias a que foram submetidos no governo Collor, durante o fechamento destas duas subsidiárias da Petrobrás. Praticamente duas décadas de perseverança e muita mobilização. Uma luta que sempre esteve presente nas reivindicações e negociações conduzidas pela FUP desde os anos 90. A partir de 2003, começamos a trazer de volta ao Sistema Petrobrás centenas de companheiros anistiados. Nas últimas semanas, mais 156 trabalhadores que reivindicavam a aplicação da Lei 8878/93 tiveram a anistia reconhecida pela Comissão Especial Interministerial (CEI), que já enviou à Petrobrás os processos para que sejam localizados e readmitidos.

A FUP cobrou agilidade da empresa, que informou estar definindo cargo, nível salarial e local de lotação

de 48 dos anistiados. Em relação aos demais, a Petrobrás alegou que está com sérias dificuldades para localização destes trabalhadores. A FUP solicitou a relação nominal dos anistiados e orientou os sindicatos a buscarem informações que possam auxiliar a empresa a localizá-los. A listagem está na página da FUP (www.fup.org.br).

Petroflex e Nitriflex

A CEI também começou a analisar os requerimentos de anistia dos trabalhadores da Petroflex e Nitriflex que foram demitidos no governo Collor, durante a privatização destas empresas. Segundo o Movimento dos Petroquímicos Demitidos (Mopede), a Comissão deferiu até o momento 95 anistias. Os processos de anistia ainda serão encaminhados à Petrobrás para que dê andamento à readmissão destes trabalhadores, que lutam há 20 anos por justiça.

Trabalhadores do Unificado-SP ampliam luta pela dobradinha

Os petroleiros das bases do Sindipetro Unificado São Paulo realizaram no dia 13 de junho mais uma mobilização pelo restabelecimento do pagamento das horas extras dos feriados trabalhados no turno. Nos terminais da Petrobrás Transporte e na Recap, houve atrasos de uma hora nas trocas de turnos.

Na Replan, os petroleiros aprovaram em assembléia interromper por oito horas as atividades do turno, com corte na rendição (o grupo 3 não entrou). Durante este período, os trabalhadores não realizaram emissão de PTs, nem amostragens na refinaria.

As mobilizações nas bases do Unificado têm sido feitas desde março, todos os sábados próximos aos feriados. No dia 13, a paralisação foi

em decorrência do feriado de Corpus Christi e a próxima está prevista para o dia 11 de julho, em função do feriado estadual de 09 de julho (Revolução Constitucionalista).

Durante a Plenária Nacional da FUP, os delegados discutirão um calendário nacional de luta em defesa da dobradinha. A proposta é estender para as demais bases do país as mobilizações que têm sido feitas pelos trabalhadores do Unificado-SP.

Reivindicação nacional

O pagamento do feriado do dia primeiro de maio foi uma das conquistas da greve nacional de cinco dias que a categoria realizou em março. Na campanha reivindicatória, a dobradinha será novamente pautada pela FUP e sindicatos.